



FISSURAR O ESPAÇO PÚBLICO: UMA METODOLOGIA APLICADA (SESSÃO TEMÁTICA)

Tarcisio Gontijo Cunha

Centro Universitário UNA | tarcgontijo@gmail.com

Sessão Temática 1: produção do espaço urbano e regional

Resumo: Este artigo examina ações e reações dos agentes no espaço público, objetivando entender seu potencial de transformação - ao negar situações alienantes e procurar práticas não coercitivas de liberdade de expressão - e discutir como essas interações podem contribuir para a retomada da rua como local de convívio com o conflito, frente ao crescente enfrentamento virtual. As proposições teórica e empírica estruturaram uma metodologia de análise de narrativas de ações ocorridas na área central de Belo Horizonte desde 2008. Identificando agentes, as (re)ações dos demais às suas ações e os resultados dessas interações, buscou-se encontrar, nessa estrutura discursiva, características que constituem uma fissura no espaço público. O texto conclui que, em Belo Horizonte, houve uma fissura na ocupação dos espaços públicos relacionada ao entendimento das regras do "jogo", sugerindo contribuições acadêmicas para a conectividade de novas ideias frente aos desafios atuais.

Palavras-chave: espaço público; fissuras urbanas; narrativas.

FISSURING THE PUBLIC SPACE: AN APPLIED METHODOLOGY

Abstract: *This article examines actions and reactions of agents in public space, aiming to understand their transformative potential - by denying alienating situations and seeking non-coercive practices of freedom of expression - and to discuss how these interactions can contribute to reclaiming the street as a place for coexistence amidst conflict, in the face of growing virtual confrontations. Theoretical and empirical propositions structured a methodology for analyzing narratives of actions that have occurred in the central area of Belo Horizonte since 2008. By identifying agents, their reactions to actions, and the outcomes of these interactions, the aim was to find characteristics that constitute a fissure in public space. The text concludes that in Belo Horizonte, there was a fissure in the occupation of public spaces related to the understanding of the 'game' rules, suggesting academic contributions for the connectivity of new ideas in facing current challenges.*

Keywords: *public space; urban fissures; narratives.*

FISURAR EL ESPACIO PÚBLICO: UNA METODOLOGÍA APLICADA

Resumen: *Este artículo examina las acciones y reacciones de los agentes en el espacio público para entender su potencial de transformación - al negar situaciones alienantes y buscar prácticas no coercitivas de libertad de expresión - y discutir cómo estas interacciones pueden contribuir a la recuperación de la calle como un lugar de convivencia con el conflicto. Las proposiciones teóricas y empíricas estructuraron una metodología de análisis de narrativas de acciones en el área central de Belo Horizonte desde 2008. Identificando a los agentes, sus (re)acciones y los resultados, se buscó encontrar características que constituyen una fisura en el espacio público. El texto concluye que, en Belo Horizonte, hubo una fisura en la ocupación de los espacios públicos relacionada con la comprensión de las reglas del 'juego', sugiriendo contribuciones académicas para la conectividad de nuevas ideas frente a los desafíos actuales.*

Palabras clave: *espacio público; fisuras urbanas; narrativas.*

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o papel do espaço público na vida urbana contemporânea passa por entender qual o potencial de mudança trazido pelas ações e reações dos agentes¹ nessa “arena”, ao negarem situações alienantes pré-configuradas em busca de fazeres que não sejam subjugados a práticas coercitivas da liberdade de expressão. De fato, como propõe a presente Seção Temática, a disputa na produção da cidade tem mesclado novos e velhos agentes/sujeitos em dinâmicas próprias que, se não impedem a superação da histórica desigualdade espacial e urbana, dificultam a compreensão dos respectivos processos socioespaciais. O poder, cada vez mais, se desloca para o controle de grandes grupos econômicos globais, os quais, influenciando também nas redes informacionais, acabam por fortalecer a ascensão de uma política antidemocrática que lhes dá suporte incondicional.

Como uma forma de se entender quais agentes estão produzindo o espaço, o presente artigo propõe uma reflexão a partir da Tese do autor, intitulada Fissurar o Espaço Público². Partindo da organização de um repertório de questionamentos e reflexões vivenciados pelo mesmo enquanto agente-observador, agente-sujeito e agente-pesquisador, assume-se quatro pressupostos principais. Primeiro: apoiado em Bauman (2012), constata-se que estamos em um período de interregno, um intervalo entre *o que não é mais e o que não é ainda*. Segundo: concorda-se com a tese de que a ideologia neoliberal tem se convertido em um processo contínuo de neoliberalização, uma racionalidade que se fortalece a cada nova crise (DARDOT; LAVAL, 2016) - isso é uma força a tensionar o período de interregno. Terceiro: concorda-se também em que uma parcela da sociedade tem buscado uma não-dependência dessa lógica neoliberal; através de recusas conscientes a uma vida de competição e consumo desenfreado, há fissuras sendo criadas dentro do sistema dominante (HOLLOWAY, 2013) - isso emerge como um contraponto à força neoliberal que tensiona. Por fim, quarto: entende-se que os conflitos entre a neoliberalização e os movimentos de contraponto devem ser analisados a partir de uma arena comum - no campo da Arquitetura e Urbanismo, o espaço público emerge como esse lugar (LAVALLE, 2005).

Os quatro pressupostos se organizam na seguinte pergunta de pesquisa: *nesse momento de interregno, o processo de neoliberalização tem-se fortalecido, apesar da proliferação de movimentos de contraponto ao capitalismo. Entendendo o espaço público como uma arena comum a ambos, em que medida o desvelamento de agentes, suas ações e reações no espaço público poderá contribuir para a retomada da rua como um local de convívio com o conflito?* Para responder a essa questão, trabalhou-se como Proposição Teórica a expansão dos pressupostos, visando atuarem como suporte e complemento para a etapa de Proposição Empírica. Nesta, foram identificados agentes do espaço público, forças de ação/reação impostas uns aos outros e resultantes dessas forças que poderiam constituir em fissuras. Na sequência, a Metodologia de Análise foi desenvolvida de forma que pudesse ser aplicada em narrativas de ações potentes no espaço público, demonstrada em uma Proposição de Análise com recorte temporal e espacial delimitados. Por fim, o trabalho traz algumas respostas à

pergunta de pesquisa, bem como lança bases para novas indagações e reflexões sobre a produção e o uso do espaço.

PROPOSIÇÃO TEÓRICA

PRIMEIRO PRESSUPOSTO: INTERREGNO

O conceito de "interregno" remonta à Roma Antiga, designando um período entre a morte de um soberano e a ascensão de seu sucessor, em que leis eram suspensas e outras eram instituídas, podendo trazer continuidade ou possibilidades de ruptura às ordens vigentes (AGAMBEN, 2007) – a ideia de um *hiato* é uma característica comum nos períodos de interregno. Este conceito evoluiu ao longo do tempo, aplicando-se não apenas a períodos de troca de comando governamental, mas também à complexidade das mudanças econômicas e sociais.

Assim foi na transição do modo de produção feudal para o capitalista, envolvendo mudanças drásticas, como a transformação de um modo de produção pré-capitalista, caracterizado pela cultura de ócio e produção lenta (KRISIS, 1999), para um sistema baseado na monetarização e no mercado. Esse processo resultou na imposição de novas estruturas de poder, convertendo o trabalho útil em trabalho abstrato e subjugando a população a uma nova lógica de produção e capital (HOLLOWAY, 2013). No entanto, a partir dessa transformação, vários movimentos de resistência já se destacaram, como as Guerras Camponesas (séculos XV e XVI), o Movimento Ludita (século XVIII) e a Revolta dos Tecelões (século XIX), os quais lutavam contra as novas condições impostas pelo capitalismo emergente.

No século XIX, o liberalismo surge como uma reação do capitalismo contra a intervenção estatal na economia. Resultando em uma pauperização da classe trabalhadora, essa ação serviu para aumentar movimentos operários e favorecer a circulação de ideais socialistas. Já na década de 1930, com o objetivo explícito de combater o socialismo e as versões de totalitarismos, surge um "neo"liberalismo que, buscando uma nova forma de compreender os princípios liberais, promoveu o Estado de Bem-Estar Social (EBES) (DARDOT; LAVAL, 2016). Este novo modelo econômico-social trouxe um ciclo de crescimento econômico associado a uma maior regulação e planejamento estatal (CISLAGUI, 2020a).

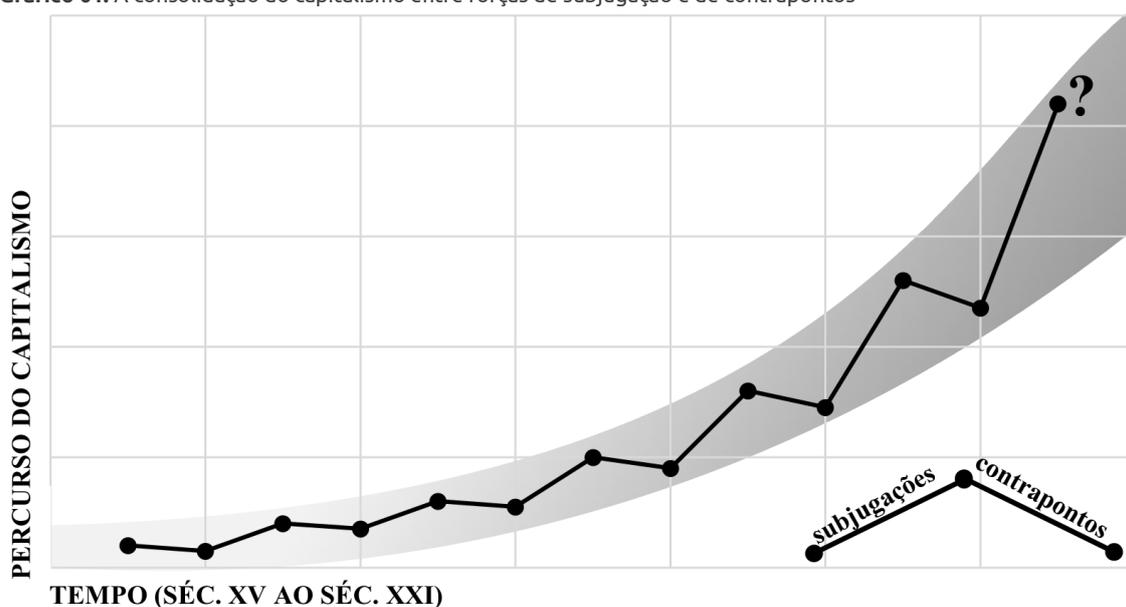
Segundo Carlsson (2014), movimentos grevistas entre as décadas de 1940 e 1950 até buscaram melhores condições de trabalho, mas rapidamente a luta de classes foi transformada em políticas identitárias e de consumo. Reivindicações socialistas por jornadas de trabalho mais curtas foram substituídas por negociações setoriais para tempo de férias, salários mais altos e aposentadorias. A sociedade foi incentivada a expressar a individualidade através do consumo de produtos distintivos. A televisão, junto com jornais e rádio, atuou como um poderoso sistema de propaganda, promovendo uma vida doméstica de conforto, conveniência, segurança e individualismo, enfraquecendo a experiência de pertencimento a uma classe ampla. Contudo, os levantes culturais dos anos 1960 e as crises

bélicas e do petróleo dos anos 1970 causaram recessão e inflação, contribuindo para o colapso do "pacto" social. Essas crises permitiram ao capitalismo distanciar-se dos princípios democráticos, consolidando uma nova racionalidade baseada na concorrência e na empresa como modelo de subjetivação (CARLSSON, 2014). Na década de 1980, a crise do regime fordista levou ao rompimento com a lógica dos EBES e à busca de novas estratégias para combater inflação, queda de lucros e desaceleração do crescimento. A retórica "antiestatal" direcionou fundos públicos para remunerar o capital rentista, em vez de garantir políticas sociais, seguindo orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso penalizou trabalhadores, enfraqueceu sindicatos e promoveu privatização de empresas públicas e desregulamentação econômica, sob a justificativa de que a liberdade dos atores privados é mais eficaz do que a intervenção pública.

No século XXI, movimentos sociais se reorganizaram contra privatizações e expropriações, mas a emergência de líderes sociais resultou em um "neoliberalismo de cooptação" (CISLAGUI, 2020b), onde uma base ideológica progressista cria novas estratégias de consentimento sem alterar hierarquias sociais (FRASER, 2020). Uma "hegemonia às avessas" (OLIVEIRA, 2010), onde os dominados parecem dominar, mas na verdade consentem na exploração capitalista, facilitada pela despolitização e políticas identitárias. Em 2008, a crise econômica global, em grande parte do setor privado, levou a uma austeridade fiscal com altos custos sociais, destacando as falhas estruturais do capital (BLYTH, 2017).

Foi nesse contexto que Bauman (2012) utilizou o conceito de interregno como um período de transição entre a antiga ordem - baseada no triplo princípio de território-estado-nação - que está morrendo, e uma nova ordem que ainda não se formou. Ele argumenta que o Estado, que deveria reduzir os desconfortos da vida, tem falhado nessa tarefa, flexibilizando legislações e criando instrumentos que reproduzem o capital. Esse fracasso exacerba as incertezas e humilhações sentidas pelos indivíduos. Carlos (2015) e Dardot e Laval (2016) defendem que o Estado não é passivo, mas sim aliado ao capital contra o social. Atualmente, o poder está nas mãos de grandes grupos econômicos globais, que controlam a produção e o comércio mundial, dominando tanto governantes quanto governados. O Gráfico 01 interpreta o processo de consolidação do capitalismo, mostrando que forças subjugadoras fortalecem o sistema através de regulações de comportamento e mecanismos. Em contrapartida, contrapontos tentam frear esse fortalecimento propondo novas formas de agir e existir. Interregnos, ou períodos de transição, podem surgir nos momentos de inflexão entre essas forças, abrindo caminho para novas possibilidades.

Gráfico 01: A consolidação do capitalismo entre forças de subjugação e de contrapontos



Fonte: CUNHA, 2022, p. 42.

SEGUNDO PRESSUPOSTO: RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Com o processo de neoliberalização apontado por Dardot e Laval (2016), a ideologia neoliberal se transformou em uma racionalidade em si mesma. Esse processo envolveu redução do intervencionismo estatal e promoção de atividades que favoreceram o capital, resultando em uma crescente desigualdade de classes. Para Monbiot (2016), a sociedade incorpora, internaliza e reproduz lógica e crença neoliberais de maneira inconsciente: relações humanas passam a ser definidas pela competição e o mercado é tratado como um sistema "natural", onde os ricos acreditam que sua riqueza é merecida e os pobres se culpam por suas falhas e/ou deficiências.

Cislagui (2020c) argumenta que estamos vivendo a fase mais agressiva do neoliberalismo, que se fortalece a cada crise. Uma das táticas adotadas é o choque, em cuja "doutrina" (KLEIN, 2007) crises e desastres são vistos momentos ideais para se promover ideias radicais de livre mercado. Essas situações desorientam e abrandam sociedades, criando janelas de oportunidades para implementar a chamada "terapia de choque econômico". Outra tática, no entanto, é a cooptação, onde os movimentos críticos são absorvidos pelo sistema para fortalecer o aparato neoliberal. Seja em situações como a gourmetização da alimentação (PALMIERI JÚNIOR, 2017), o *marketing* da diversidade ou a cultura *hipster* (MALLO, 2015), essas estratégias desmantelam resistências ao neoliberalismo, promovendo o consumo e o individualismo.

Entendendo que a crise de 2008 levou o capital financeiro a um novo patamar, facilitando a ascensão de governos neofascistas que reforçam a lógica do capital, é necessário retomar a discussão das políticas emancipatórias, identificando respostas "aos aspectos criativo e destrutivo do desenvolvimento capitalista" (SILVER, 2003, p. 19 - tradução nossa). A sociedade precisa se comprometer na oposição - em vez de se aliar - ao capital.

TERCEIRO PRESSUPOSTO: FISSURAS DENTRO DO SISTEMA DOMINANTE

A sociedade está tentando se desvencilhar da lógica neoliberal, assim como sempre apresentou contrapontos às lógicas dominantes, como informam alguns autores. Carlsson (2014) aborda iniciativas de indivíduos e grupos, chamados *nowtópicos*, que procuram redefinir vida e propósitos através de práticas alternativas ao capitalismo tardio (como permacultura, hortas comunitárias e cicloativismo); nessa lógica, o The Trapese Collective (2007), traz um guia que reúne exemplos práticos para promover vidas sustentáveis fora da lógica capitalista; já o Grupo Krisis (2022), em seu "Manifesto contra o Trabalho", critica a sociedade baseada na produção de mercadorias e no trabalho abstrato, propondo a abolição emancipatória do capitalismo. Eles argumentam que, apesar dos avanços tecnológicos, a sociedade continua centrada no trabalho, que determina pensamentos e comportamentos. O documento enfatiza a importância de ações criativas e sustentáveis que desafiem a lógica capitalista e promovam auto-organização e autodeterminação, visando a construção de uma contra-sociedade mais justa e equitativa.

É nesse contexto que se insere a perspectiva de John Holloway (2013), um filósofo marxista com influências anarquistas que argumenta que esses experimentos sociais e iniciativas individuais citados anteriormente são como embriões de um novo mundo, pequenos movimentos que podem levar ao crescimento de uma nova sociedade. Ele propõe a ideia de "fissuras", representada pela metáfora de uma camada de gelo que começa a rachar quando as pessoas gritam "NÃO", revelando possibilidades submersas. Fissuras são ações e iniciativas que podem criar brechas no capitalismo, surgindo de diferentes maneiras, tanto como transbordamentos de lutas limitadas e decisões conscientes de rejeição, quanto por expulsões forçadas das relações capitalistas. Ele enfatiza que as fissuras começam com a negação, mas essa negação deve levar a novas formas de ação, evitando que se torne apenas uma negociação sobre os termos da servidão – é a "negação-criação", abordagem que envolve pensar tanto *no que se é contra* quanto *no que se luta a favor*.

Essas fissuras podem ser imprevisíveis e resilientes, refletindo características de superação e crescimento pessoal. Também podem se cristalizar, refletindo a pressão das relações capitalistas que tendem a nos puxar de volta ao sistema. Assim, a lógica da dominação do capital deve ser enfrentada com um senso de responsabilidade pessoal, onde pequenas revoltas são tão importantes quanto grandes manifestações. De fato, ações cotidianas, feitas com um fim em si mesmas, podem ser formas importantes de resistência anticapitalista. É possível que novas mudanças venham das atividades cotidianas das pessoas e suas múltiplas rebeldias particulares - um simples ato de caminhar e questionar enquanto se caminha é fundamental para o desenvolvimento de novas questões e transformações sociais (HOLLOWAY, 2013).

Nesse sentido, a pesquisa anunciou que uma ação com potencial de criar fissuras no espaço público deveria combinar os seguintes elementos:

- Negação-criação: uma ação onde o agente não reproduza a lógica neoliberal alienante e explore *outros-fazeres* (Holloway, 2013);
- Resiliência: uma ação com capacidade de reorganização interna, baseada na habilidade do agente de prever e responder às reações de sobreposição;
- Conectividade: uma ação que tenha potencial de gerar identificação social através das reações de indiferença e/ou submissão, associada a um alto nível de engajamento.

O momento de interregno atual favorece tanto o processo de neoliberalização quanto a proliferação de movimentos contrários ao capitalismo. Por isso, é crucial ampliar o debate sobre as fissuras para buscar ressonâncias entre elas, visando sua criação, expansão e multiplicação como um caminho para enfrentar a racionalidade neoliberal. É fundamental e urgente encontrar essas vozes e fazê-las ressoar juntas para criar rupturas permanentes. Como diz Holloway (2013, p.14-15), “não podemos esperar pela grande revolução, [...] temos que começar a criar algo diferente aqui e agora”.

QUARTO PRESSUPOSTO: O ESPAÇO PÚBLICO COMO 'ARENA'

Discutir o conflito entre o avanço do processo de neoliberalização e os contrapontos que surgem simultaneamente é reconhecer a existência de um “jogo de forças” que deve ser analisado dentro de uma arena comum a ambos. Como o neoliberalismo precisa se materializar no espaço (LEFEBVRE, 1999), no campo da Arquitetura e do Urbanismo o espaço público é uma arena crucial para este jogo.

Lavalle (2005) entende o espaço público como multidimensional, emergindo da confluência de dimensões sociais, políticas e comunicativas, refletindo a complexidade das instituições civis, das regras de civilidade, das decisões políticas e da construção de consensos e dissensos na percepção social do mundo. De fato, ele não pode ser compreendido apenas como uma arena estática, mas como um campo dinâmico e multifacetado onde as identidades e as interações sociais se revelam e se transformam continuamente. Essa perspectiva destaca a importância de entender o espaço público não só como um local físico, mas como um processo social e político em constante evolução.

No contexto da cidade contemporânea, a discussão sobre a comunidade e o espaço público afeta diretamente a noção de um mundo ideal em que desejamos viver. Bauman (2003) destaca a tensão permanente entre segurança e liberdade na vida comunitária, onde promover segurança frequentemente exige sacrificar a liberdade. Este discurso de segurança, intensificado pelo medo e pela violência, se alinha com a tática de choque do neoliberalismo, esvaziando progressivamente as ruas e transferindo encontros para espaços fechados e virtuais, manipulados por ferramentas de controle de massa. Esse fenômeno resulta na desarticulação das lutas e na polarização social, fortalecendo a estratégia neoliberal de manutenção da coesão social.

A proliferação de dispositivos de segurança nas cidades, como fincos, grades e cercas elétricas, reflete não apenas um desejo por proteção, mas também comportamentos xenofóbicos e aporofóbicos. Segundo Orts (2017), pessoas em situação de pobreza são vulneráveis a delitos e discursos de ódio, enraizados no cérebro humano desde os primeiros agrupamentos sociais. Ela argumenta que essa aversão à pobreza é uma patologia social global que deve ser identificada e combatida devido à sua corrosão social.

Harvey (2013) sugere que a liberdade na cidade inclui tanto o direito de acessá-la quanto de mudá-la, permitindo que as práticas diárias redefinam o ambiente urbano. Bauman (2007) acrescenta que o espaço público deve permitir o encontro de estranhos sem pré-seleção, garantindo a presença anônima e a interação espontânea. No entanto, o contexto neoliberal compromete essa possibilidade, criando um enfrentamento entre o uso espontâneo do espaço e o controle policial, onde critérios de idade, identidade de gênero, orientação sexual, cor da pele e condição financeira influenciam a percepção de transgressão.

Dessa forma, Mouffe (2000) propõe que a política democrática deve transformar o inimigo em adversário, aceitando o direito de defesa das ideias opostas. Nas ruas, a cidade é continuamente refeita de forma anônima e espontânea. Manifestações como pichações, grafites e passeatas também refletem essa inadequação e adaptação, exemplificando a "negação-criação" presente na transformação constante do espaço público.

Para isso, é essencial considerar o entendimento das regras e dos desvios dentro de um grupo social, conforme Becker (2019). Grupos sociais criam regras para diversas situações, classificando certos comportamentos como corretos e outros como incorretos. Algumas dessas regras são formalizadas como leis, regulando a vida comunitária com a garantia do cumprimento pelo poder policial e sanções legais. No entanto, há também acordos não institucionalizados, constituídos por regras informais baseadas na idade, gênero, orientação sexual, cor da pele e condição financeira. A aplicação dessas regras pode ser delegada a um grupo especializado ou ser responsabilidade de todos, podendo ser extintas se não forem impostas.

Quem viola essas regras é visto como um *outsider*, um desviante, com diferentes níveis de transgressão, desde pequenas infrações até crimes graves. Quando há discordância sobre uma regra ou sobre quem a aplica, o indivíduo rotulado como desviante pode considerar os seus "juízes" como os verdadeiros desviantes. Por outro lado, ele pode aceitar seu papel de transgressor, como é o caso de infrações ao código de trânsito. Ser percebido como desviante ou não é mais importante do que o comportamento em si. O desvio é uma consequência da aplicação de regras e sanções por outros. A reação ao comportamento passa mais pela percepção social do ato do que pelo ato em si. Portanto, o desvio envolve as reações aos comportamentos e essas respostas são cruciais para qualquer análise.

Assim se coloca a complexidade da vida urbana contemporânea, onde a luta entre segurança e liberdade, a presença de dispositivos de controle e os comportamentos xenofóbicos e aporofóbicos, bem como a política democrática, moldam a dinâmica do espaço público e da

comunidade. Necessário e urgente repensar e reimaginar a cidade, permitindo a transformação contínua e a adaptação às necessidades coletivas e individuais.

PROPOSIÇÃO EMPÍRICA

Bourdieu (2013) enfatizava a importância de analisar as estruturas sociais através da prática dos agentes e métodos empíricos. Utilizando a teoria como um referencial, a pesquisa investiga empiricamente os elementos dessa estrutura teórica, considerando um esquema sistêmico baseado na estrutura proposta por aquele autor de que a dinâmica social ocorre dentro de um campo, onde agentes individuais e grupos possuem disposições específicas, denominadas *habitus*. O campo é sustentado por formas de capital e a dinâmica social é governada por lutas nas quais os agentes tentam manter ou alterar as relações de força e a distribuição do capital. Essas lutas envolvem estratégias inconscientes baseadas no *habitus* dos indivíduos e grupos em conflito. Os comportamentos individuais e coletivos são determinados pelas posições dos agentes dentro da estrutura de relações, de forma que o *habitus*, constituído socialmente, determina as posições no campo e vice-versa (Bourdieu, 2013).

A vida em sociedade é uma arena de disputas entre agentes pela posse e uso de capitais, formando um jogo de forças em constante mudança. De uma certa forma, pode-se relacionar o comportamento dos agentes aos princípios da Mecânica Clássica de Newton (2010), onde:

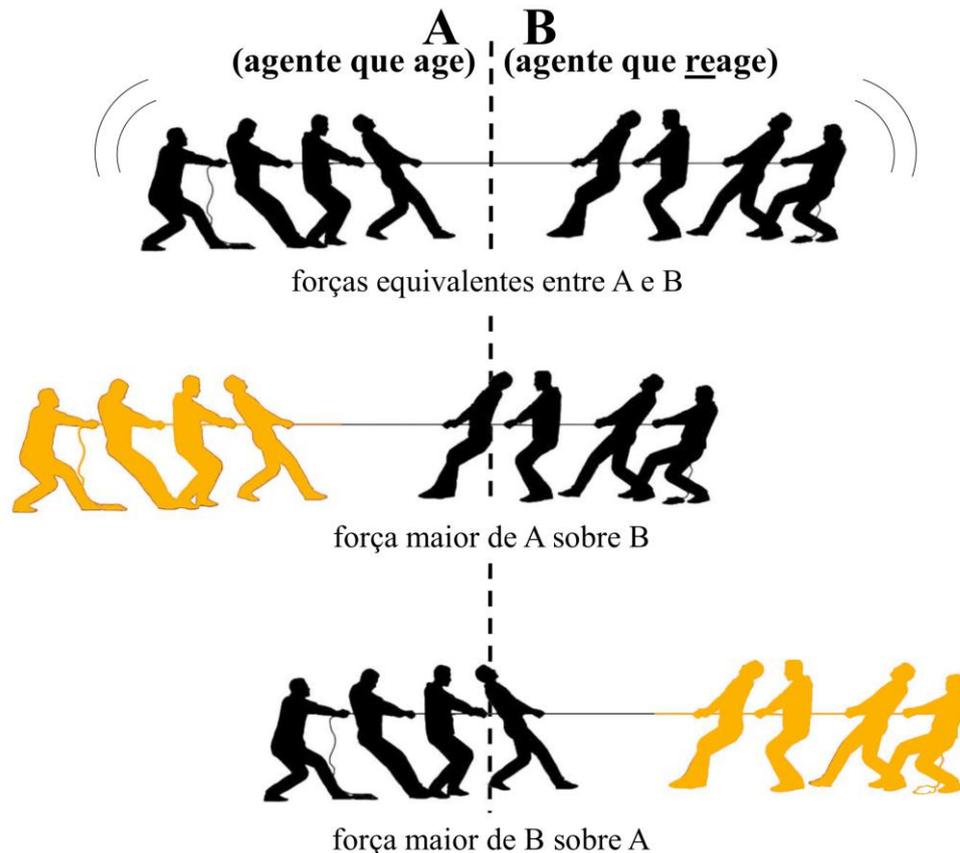
- o Princípio da Inércia (Lei 1) postula que um objeto permanecerá em repouso ou em movimento constante a menos que uma força externa atue sobre ele;
- o Princípio Fundamental da Dinâmica (Lei 2) afirma que a força resultante sobre um corpo é o produto de sua massa pela aceleração;
- o Princípio da Ação e Reação (Lei 3) estabelece que toda ação tem uma reação igual e oposta.

Como a pesquisa envolveu a identificação e categorização de agentes e suas ações e reações no espaço público, buscou-se explorar como essas interações e conflitos se manifestam nas dinâmicas sociais e no uso do espaço público. Assim, em analogia com as Leis de Newton, assumiu-se que:

- "Massa" se relaciona com *habitus*, aquilo que somos e carregamos, orientando nossas escolhas de acordo com nossos interesses;
- "Aceleração" se refere aos capitais, o que adquirimos, explicando nossa posição no campo e nossa capacidade de (re)agir na cidade;
- "Força", resultante da massa pela aceleração, representa o mecanismo de ação e reação, uma relação entre os *habitus* e capitais de um agente (individual ou coletivo) em comparação com os de outro agente (individual ou coletivo).

Assim, em resposta a uma ação, pode-se: igualar-se a ela, dominá-la ou ceder a ela. Igualar-se a uma ação significa que os capitais e *habitus* dos dois agentes são, em certa medida, equivalentes; dominar ou ceder a uma ação indica que a quantidade de capitais e *habitus* de um agente é superior (no caso de dominar) ou inferior (no caso de ceder) à do outro agente (FIGURA 01).

Figura 01 – Reação de equiparação, de cessão ou de dominação a uma ação



Fonte: CUNHA, 2022, p. 80

Para o entendimento do jogo de forças, o primeiro passo foi identificar e nomear as “peças” desse jogo – os “agentes que agem” no espaço público. A partir da prática docente e profissional do autor, e complementada pela discussão teórica anteriormente trazida, foi possível estruturar uma organização desses agentes, a partir de sua divisão em três grupos:

- Os Agentes Personificados: morador, trabalhador, manifestador, regulador, mantenedor e utilizador do espaço público (Ag01 a Ag06);
- Os Agentes Institucionais: Estado, Mercado, Mídia e Academia (Ag07 a Ag10); e
- Os Agentes Não-corporificados: Tempo e Meio (Ag11 e Ag12).

O Quadro 01 define e exemplifica esses agentes.

Quadro 01: Agentes que agem no espaço público

Grupos	Componentes
Personificados <i>(aqueles que acionam habitus e capitais individuais na interação com o espaço público)</i>	Ag01 - Morador do espaço público <i>(aquele tem neste sua moradia. Ex.: pessoa em situação de rua)</i>
	Ag02 - Trabalhador do espaço público <i>(aquele tem neste sua fonte de renda. Ex.: vendedor ambulante)</i>
	Ag03 - Manifestador do espaço público <i>(aquele que tem neste o suporte/motivo para/da sua expressão. Ex.: pichador/grafiteiro)</i>
	Ag04 - Regulador do espaço público <i>(aquele que o regula com critérios próprios. Ex.: Guarda Municipal)</i>
	Ag05 - Mantenedor do espaço público <i>(aquele que trabalha regularmente em sua manutenção. Ex.: agentes da limpeza)</i>
	Ag06 - Utilizador do espaço público <i>(aquele que o utiliza pelo deslocamento e/ou pela permanência. Ex.: ciclista, pessoa a lazer)</i>
Institucionais <i>(aqueles que acionam habitus coletivos para aprovar as ações de pessoas associadas a - e representadas por - eles)</i>	Ag07 - Estado <i>(aquele que legisla sobre e ordena territorialmente o espaço público)</i>
	Ag08 - Mercado <i>(aquele que orienta/influencia finanças e decisões no espaço público)</i>
	Ag09 - Mídia <i>(aquela que estrutura as narrativas sobre o espaço público)</i>
	Ag10 - Academia <i>(aquela que estuda e avança o conhecimento sobre o espaço público)</i>
Não-corporificados <i>(aqueles cujas ações e reações são sentidas)</i>	Ag11 - Tempo <i>(aquele que altera diária, sazonal, anual e indefinidamente a dinâmica do espaço público)</i>
	Ag12 - Meio <i>(aquele que altera física e ambientalmente a dinâmica do espaço público)</i>

Fonte: CUNHA, 2022, p. 80-87.

Uma vez que, simultaneamente, afetamos e somos afetados, o passo seguinte foi entender reações aos (e dos) agentes com base na correlação com as Leis de Newton, anteriormente citadas. Desta forma, definiu-se as seguintes linhas reativas:

- Reação de Assimilação (R1): aquela de indiferença/identificação do agente que reage;
- Reação de Sujeição (R2): aquela de submissão do agente que reage;
- Reação de Dominação: aquela de sobreposição do agente que reage, a qual pode se dar em três níveis - por Cooptação (R3), uma reação dissimulada e coordenada; por Subjugação (R4), uma reação ostensiva, porém simples; ou por Choque (R5), uma reação ostensiva e coordenada.

Assim como um comportamento é considerado "desviante" com base na reação de outros (BECKER, 2019), a ação de um agente no espaço público também é classificada de acordo com a reação que ela provoca. Os agentes (Ag1 a Ag12) estão constantemente atuando nesse espaço, e suas ações são categorizadas da seguinte forma:

- Se a ação de um agente provoca uma Reação de Subjugação ou Choque de outro agente, essa ação é considerada uma Ação Temerária (A1);

- Se a ação de um agente resulta em uma Reação de Cooptação de outro agente, ela é classificada como Ação Útil (A2);
- Se a ação de um agente provoca uma Reação de Assimilação ou Sujeição de outro agente, ela é classificada como Ação Parceira (A3).

Este processo de classificação ilustra como as interações no espaço público são dinâmicas e dependem das percepções e reações dos agentes envolvidos. As reações possíveis a uma ação são inúmeras, assim como os agentes que as executam. Isso significa que uma mesma ação pode ser simultaneamente classificada como Temerária, Útil ou Parceira, dependendo das reações que ela provoca.

A pesquisa buscou desvelar conflitos (ações e reações) no uso do espaço público, objetivando entender como podem surgir fissuras (rupturas e novos comportamentos) nessa arena. Nesse sentido, para entender como cada agente ajusta seus capitais e *habitus* nesses confrontos, além de estudar ações e reações de confrontos diretos, foram caracterizadas as novas reações que emergem como desdobramentos desses conflitos. Assim:

- Em uma Ação Temerária ou Útil, podem surgir novas ações como resultado da reorganização dos agentes após as reações de Cooptação, Subjugação ou Choque. Essas novas ações são denominadas Ações Residuais (A4), se residual a uma Ação Temerária; ou A5, se residual a uma Ação Útil;
- Em uma Ação Parceira, o fato de não sucumbir às reações de Assimilação e Sujeição pode gerar um fluxo de novas ações que se juntem a ela ou que delas derivem. Essas são chamadas de Ação Aditiva (A6), quando se junta a uma Ação Parceira; e Ação Subtrativa (A7), quando deriva de uma Ação Parceira.

O Quadro 02 sintetiza o jogo de ações e reações apresentado.

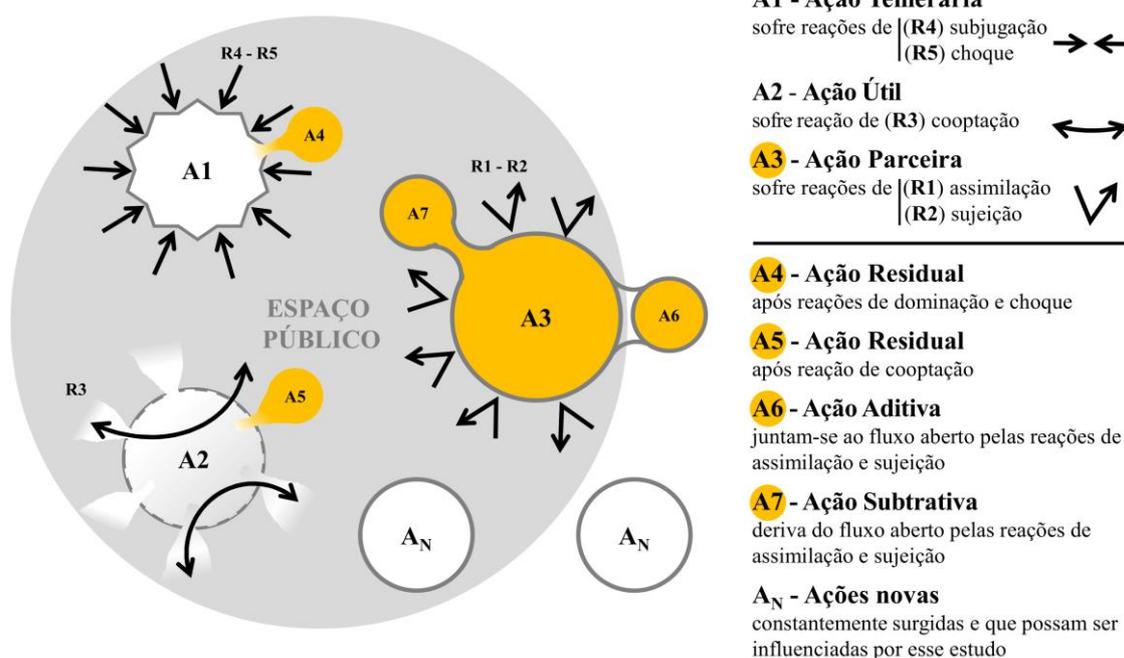
Quadro 02: O jogo de ações e reações

Reações aos (e dos) agentes	A ação, pela reação que provoca	Novas (re)ações resultantes
R1 - Assimilação <i>(indiferença/identificação do agente que reage)</i>	A3 - Ação Parceira <i>(aquela que tende a não sucumbir, devido a uma aceitação do agente que reage)</i>	A7 - Ação subtrativa <i>(aquela que deriva ao fluxo aberto pela aceitação do agente que reage)</i>
R2 - Sujeição <i>(submissão do agente que reage)</i>		A6 - Ação aditiva <i>(aquela que se soma ao fluxo aberto pela aceitação do agente que reage)</i>
R3 - [dominação por] Cooptação <i>(sobreposição dissimulada e coordenada do agente que reage)</i>	A2 - Ação Útil <i>(aquela que parcialmente sucumbe, uma vez que, cooptada, adota uma coexistência em parte aos moldes do agente que reage)</i>	A5 - Ação residual <i>(aquela que surge de uma reorganização do agente que age frente ao agente que reage)</i>
R4 - [dominação por] Subjugação <i>(sobreposição ostensiva, porém simples, do agente que reage)</i>	A1 - Ação Temerária <i>(aquela com maior chance de sucumbir ao agente que reage)</i>	A4 - Ação residual <i>(aquela que surge de uma reorganização do agente que age frente ao agente que reage)</i>
R5 - [dominação por] Choque <i>(sobreposição ostensiva e coordenada do agente que reage)</i>		

Fonte: CUNHA, 2022, p. 88-93.

Em resumo, dependendo das reações (R1 a R5), os agentes (Ag1 a Ag12) podem ter suas ações posicionadas de forma mais ou menos favorável no "jogo" (A1 a A3). No entanto, de cada reação podem surgir novas possibilidades (A4 a A7), em uma arena onde novas ações estão constantemente surgindo (AN). A pesquisa entendeu que as ações parceiras e as (re)ações resultantes (residuais, aditivas, subtrativas) têm maior potencial para se configurarem como fissuras no espaço público (FIGURA 02).

Figura 02: Síntese do jogo de ações e reações



Fonte: CUNHA, 2022, p. 92.

Simultaneamente, uma ação individual, ou transformada em novas reações residuais (A4 e A5), aditivas (A6) e subtrativas (A7), pode demonstrar que possui as características necessárias para a formação de fissuras. Nesse contexto, se a ação apresenta características de Negação-Criação, será identificada como Fis1; de Resiliência, Fis2; de Conectividade, Fis3.

Para essa identificação, é crucial compreender a ação ao longo do tempo, especialmente para analisar a resiliência e, em alguns casos, a conectividade. Ações com características de negação-criação são as mais facilmente identificadas, podendo ser rapidamente rotuladas como simples rebeldia ou, mesmo, como vandalismo, atentado ao pudor, entre outras depreciações do senso comum. A característica de resiliência é melhor observada nas ações consideradas "temerárias" (A1), que enfrentam reações de dominação - seja por cooptação, subjugação ou choque - já que ser resiliente implica enfrentar forças contrárias, tornando o tempo um fator importante nessa análise. Por outro lado, a característica de conectividade é mais evidente nas ações classificadas como "parceiras" (A3), que sofrem reações de assimilação, pois uma conexão implica um certo grau de parceria entre os envolvidos. Em ações vistas como "úteis" (A2), que enfrentam reações de cooptação, é possível identificar tanto resiliência quanto conectividade, já que essas ações coexistem de forma "híbrida", moldadas tanto por quem age quanto por quem reage, cooptando-as.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

A Análise de Conteúdo (BARDIN, 2002) é um conjunto de técnicas utilizadas para examinar e interpretar comunicações, auxiliando na descrição sistemática e objetiva do conteúdo das mensagens, a fim de se identificar indicadores (quantitativos ou qualitativos) que permitam inferir conhecimento sobre as condições em que as mensagens foram produzidas e recebidas. O Quadro 03 resume suas etapas.

Quadro 03: Estruturação da Análise de Conteúdo de Bardin

ORGANIZAÇÃO	CODIFICAÇÃO	CATEGORIZAÇÃO	INFERÊNCIA
<ul style="list-style-type: none"> . contato com os documentos . leitura "flutuante" (buscando impressões e caminhos). . escolha dos índices a serem buscados e organização de indicadores para validação. 	<ul style="list-style-type: none"> . tratamento do material . representação do material para torná-lo claro ao analista. . escolha de unidades de registro e unidades de contexto. . enumeração de ocorrências. 	<ul style="list-style-type: none"> . classificação dos elementos por diferenciação ou reagrupamento. . objetiva passar de dados brutos para classificados. 	<ul style="list-style-type: none"> . dedução de conhecimentos sobre o emissor e seu meio por meio dos índices em evidência.

Fonte: CUNHA, 2022, p. 96

Com base na Análise de Conteúdo, a metodologia de análise se estruturou nas seguintes fases:

Fase 1 (Organização): A pesquisa começou com um conjunto prévio de ações delimitadas em função das vivências do autor, anteriormente citadas. A partir desse conjunto, definiu-se um recorte temporal e espacial para se analisar conexões em ações em espaços públicos que mostrassem a “negação-criação” no comportamento dos agentes. Através de um método próprio, foi estruturada uma forma de se organizar as informações em uma planilha unificada (QUADRO 04) e um diretório de arquivos das narrativas com critério de nomenclatura (QUADRO 05).

Quadro 04: Estrutura da planilha unificada

(A) Ação ¹	(B) Página ²	(C) Resultado	(D) Data ³	(E) Fonte	(F) Tipo ⁴	(G) Título	(H) Link
número da ação	localização da narrativa no motor de busca (Google)	public. da narrativa (AAMMDD)	site que a publicou	tipo de mídia que a publicou	título da narrativa no site	endereço eletrônico	

Notas: (1) a partir de número atribuído a cada ação, por ordem de aparecimento na pesquisa; em uma mesma narrativa pode estar mais de uma ação descrita / (2) no Google, cada página traz 10 resultados / (3) formato ano/mês/dia (dois dígitos para cada, sem espaço) / (4) se uma mídia oficial (p. ex. jornal eletrônico de grande alcance) ou não oficial, alternativa (p. ex: blog pessoal)

Fonte: CUNHA, 2022, p. 97

Quadro 05: Nomenclatura dos arquivos em extensão “.txt”

000000_0000000000_NOMEDOSITE.txt
(1) (2) (3)
(1) Data de publicação da narrativa (ou documento) na mídia, em formato AAMMDD. (2) Número da ação analisada, em uma lista de dez dígitos – cada um sendo substituído pelo registro da ação. (3) Nome do site encontrado, sem espaços. <i>Exemplo: uma nomenclatura de arquivo como 080910_0204000000_otempo representa uma narrativa publicada pelo jornal O Tempo no dia 10 de setembro de 2008, referente às ações 2 e 4.</i>

Fonte: CUNHA, 2022, p. 97

Fase 2 (Codificação): A partir dessa planilha, verificou-se, por análise quantitativa, a proporção entre meios de informação oficiais e alternativos, número de ocorrências por site e a importância das narrativas (cruzando-se a importância dada pelo algoritmo do Google versus a sua importância real no curso da ação).

Fase 3 (Categorização): Em seguida, analisou-se a correlação espacial e temporal entre ações e reações, identificando os alcances das ações, após contraste entre narrativas hegemônicas e alternativas. Para isso, desenvolveu-se um modelo de quadro com campos para o cadastro de ações, reações e pontos estratégicos identificados nas narrativas (QUADRO 06). Entrevistas complementaram essa fase para elucidar motivações e demais detalhes.

Quadro 06: Diagramação dos quadros de análise das ações

		Tempo	Tempo	Tempo	Tempo	Tempo	Tempo
	Agente que "age"						
Agente que "reage" enxergando a ação como:	Temerária (A1)						
	Útil (A2)						
	Parceira (A3)						
	Ponto estratégico						
	Fonte da informação						

Fonte: CUNHA, 2022, p. 98

Em seguida, foram identificadas as unidades de registro e de contexto de cada ação das narrativas estudadas, a partir da codificação mostrada no Quadro 07.

Quadro 07: Unidades codificadas a serem buscadas nas narrativas

Código					Significado
GER					ação geratriz (fato que desencadeia o jogo de ações e reações)
Ag01 a Ag12					agentes (personificados, institucionais, não-corporificados)
R1	R2	R3	R4	R5	reações (assimilação, sujeição, cooptação, subjugação, choque)
A3		A2	A1		como as reações veem as ações dos agentes (parceira, útil, temerária)
A7	A6	A5	A4		ações resultantes geradas após as reações (subtrativa, aditiva, residuais)
Fis1	Fis2	Fis3			características da fissura (negação-criação, resiliência, conectividade)

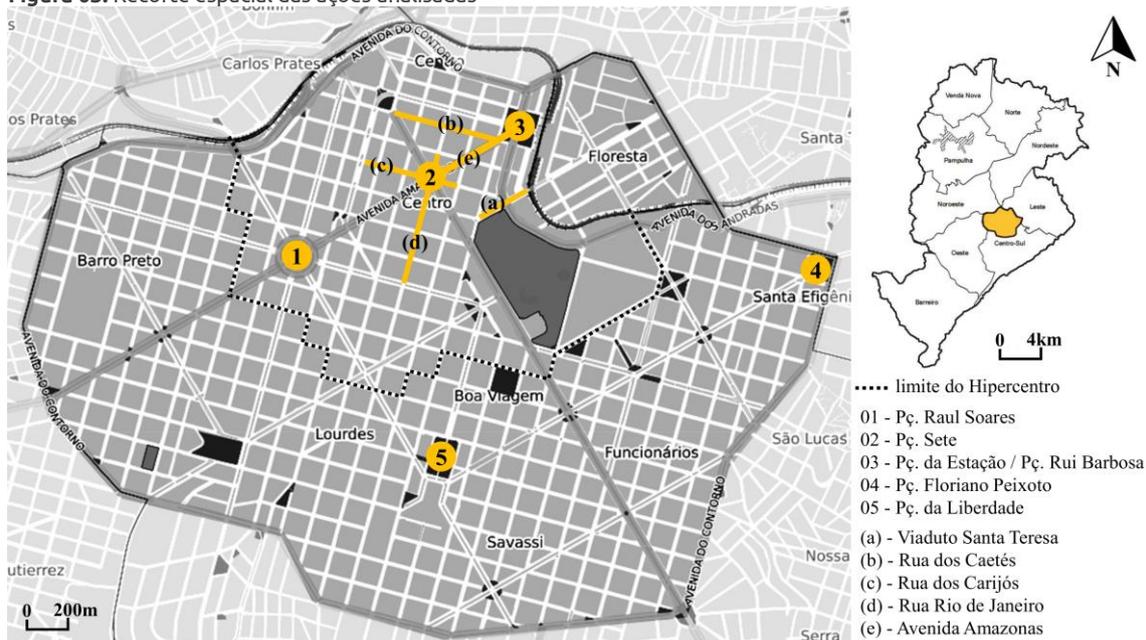
Fonte: CUNHA, 2022, p. 98

Fase 4 (Inferência): Por fim, deduziu-se o entendimento das condições que favoreciam ou repeliam as fissuras no espaço público, ao qual foi associado um banco de imagens mostrando o contraste entre espaços públicos segregadores e negações-criações diárias dos anônimos.

PROPOSIÇÃO DE ANÁLISE

O recorte espacial se refere à área dentro da Avenida do Contorno, a qual contém o desenho principal da zona urbana planejada por Aarão Reis para a cidade de Belo Horizonte, que viria a se tornar a nova capital do Estado de Minas Gerais no final do século XIX (FIGURA 03). A parte norte desta área representa o Hipercentro, região que reflete os problemas comuns das áreas centrais de grandes cidades brasileiras, como a valorização da terra, informalidade do trabalho e má conservação dos espaços públicos, tudo isso em um modelo concêntrico de deslocamentos. Tais características aumentam a tensão entre ações e reações nesta região que tem maior valor de terra, é foco de deslocamentos diários, possui maior vigilância/controlado e é uma área de alta densidade de pessoas atuando como moradores, trabalhadores, manifestantes, reguladores e utilizadores do espaço público, resultando em potencial para conflitos de uso dos espaços públicos.

Figura 03: Recorte espacial das ações analisadas



Fonte: CUNHA, 2022, p. 100.

Entre 1993 e 2008, Belo Horizonte passou por um ciclo de governo que promoveu importantes transformações na estrutura urbana municipal, destacando-se a integração das políticas públicas de intervenção no espaço urbano (CALDAS; MENDONÇA; CARMO, 2008). No entanto, a recuperação de praças e calçadas, embora intensa, não avançou para um envolvimento coletivo dos usuários nas melhorias, prevalecendo a lógica tradicional de um planejamento *top-down* de elaboração, implantação e gestão dos projetos.

Em julho de 2008, após a reforma da Praça Raul Soares, uma mulher começou a tomar sol próximo à fonte e ao gramado da praça, usando biquíni e dividindo opiniões. Após denúncia anônima, ela foi abordada pela Polícia Militar e pela Guarda Municipal, que, com “três viaturas, uma moto e uma bicicleta” (OLIVEIRA, 2008, *on-line*), informaram-na sobre a Lei Federal 9605/98 (Lei de Crimes Ambientais), especificamente o Artigo 49, que trata da punição para quem “destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia” (BRASIL, 1998). A mulher justificou sua atitude dizendo que queria que as pessoas aproveitassem o espaço. Menos de um mês depois, um desentendimento com a polícia resultou em sua condução à delegacia, sendo liberada após acordo de prestação de serviços comunitários (COTIDIANO, 2008).

Em 2009, com a posse do prefeito Márcio Lacerda, Belo Horizonte passou a ser gerida com um viés mais neoliberal; de fato, uma das primeiras ações do novo governo foi o lançamento do Programa BH Metas e Resultados. Fazia parte deste Programa o Movimento Respeito por BH, que visava garantir a correta utilização do espaço urbano através da aplicação da legislação vigente, para despertar a civilidade do cidadão belo-horizontino (BELO HORIZONTE, 2009e). Conforme Rena, Berquó, Alves *et al.* (2015), o ápice desse Movimento foi a limitação, por decreto, da utilização da Praça da Estação para eventos. Tal fato provocou

a reação de um grupo, resultando no evento Praia da Estação o qual, através da convocação de pessoas para se encontrarem com roupas de banho aos finais de semana na Praça, acabou conseguindo a revogação do Decreto semanas depois.

Porém, mais do que isso, a "Praia" tornou-se uma estratégia de resistência às ações do prefeito neoliberal, pois aglutinou iniciativas de reocupação do espaço público por coletivos anarquistas em ação desde 2005 e colaborou na formação de outros movimentos como Duelo de MCs, Fica Ficus, BH em Ciclo entre outros - os quais também emergiram como contrapontos ao processo de neoliberalização em Belo Horizonte. No entanto, talvez a aglutinação mais importante tenha sido a retomada do Carnaval de Rua na cidade, que vinha dando sinais desse ressurgimento desde o ano anterior e que entraria em uma curva ascendente de agregação de blocos de rua.

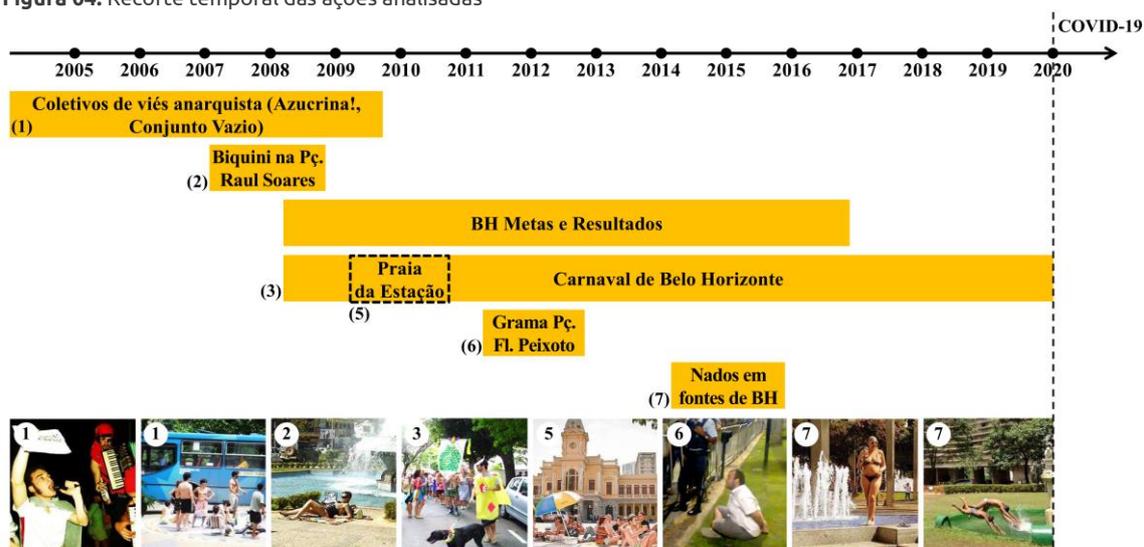
Em março de 2012, durante um evento na Praça Floriano Peixoto, o representante da rede de planos de saúde Unimed (responsável pela manutenção da praça) exigiu o cercamento do gramado, mesmo sem previsão da prefeitura (GOMES, 2012). Isso provocou o protesto de um estudante de Arquitetura e Urbanismo que, ao abrir o cercamento, sentou-se no gramado. Fiscais da Prefeitura, com apoio da Polícia Militar e da Guarda Municipal, o conduziram à delegacia junto com advogado e amigo que o defenderam. Na semana seguinte, houve um ato de repúdio e, durante audiência pública no mês seguinte, a Prefeitura se desculpou com o estudante. Em 2017, um juiz absolveu o estudante e o advogado, desculpando-se pelas "atrocidades praticadas pelo despreparo técnico e emocional dos agentes públicos" (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, 2017, *on-line*).

Em janeiro de 2015, de passagem por Belo Horizonte, três jovens da cidade vizinha de Ibituripe nadaram em uma das fontes da Praça da Liberdade para se refrescarem do calor, sem serem advertidos. Naquele momento, a Prefeitura informou que não havia proibição de uso (G1 MINAS GERAIS, 2015).

Os exemplos apresentados encontram-se temporalmente contextualizados na Figura 04 e ilustram distintas formas de abordagem do Estado em relação ao uso dessas praças de maneira espontânea e não convencional por indivíduos que, conscientemente, decidiram tomar sol de biquíni, sentar-se na grama ou nadar na fonte. Em um cenário onde o Mercado dita comportamentos e ações, regula corpos e condutas, os eventos descritos mostraram recusas à lógica capitalista de reprodução da cidade e levantaram algumas questões:

- a análise expandida dessas ações e reações em uma linha temporal poderia elucidar um *modus operandi* útil ao entendimento dessas questões?
- haveria um padrão de comportamento conectando essas ações e reações?
- haveria fissuras sendo estruturadas e/ou dissolvidas?

Figura 04: Recorte temporal das ações analisadas



Fonte: CUNHA, 2022, p. 103.

Assim, segundo a metodologia proposta, foram analisadas narrativas que mostraram um jogo de ações e reações mais explícito: (a) a ação de mulher de biquíni na Praça Raul Soares, (b) a ação coletiva da “Praia” na Praça da Estação e (c) a ação do estudante que se sentou no gramado da Praça Floriano Peixoto. Visando à objetividade deste artigo, para os estudos de caso acima citados, não serão destacadas as fases de Organização e Codificação, partindo-se para as respectivas constatações das fases Categorização e Inferência.

CATEGORIZAÇÃO DA “AÇÃO DA MULHER DE BIQUÍNI”

Márcia Amar All (*manifestador do espaço público, Ag03*), moradora local, decidiu tomar sol de biquíni (*ação geratriz – GER*) na recém-reformada Praça Raul Soares em julho de 2008 - *uma Reação de Sujeição (R2) à dupla de agentes não-corporificados: a Praça (Meio - Ag12) e o dia ensolarado (Tempo - Ag11), nos quais ela reconhece uma Ação Parceira (A3) ou R2=A3*. Sua ação continuou por 15 dias até ser notada pela imprensa devido a uma denúncia anônima (*utilizador do espaço público - Ag06*), o que levou à atuação da Guarda Municipal e Polícia Militar (*reguladores do espaço público - Ag04*) – *uma Reação de Subjugação (R4) daqueles que enxergaram nisso uma Ação Temerária (A1) ou R4=A1*. Embora orientada a não usar o gramado, não foi questionado o uso do biquíni.

Nos dias seguintes, a ação de Márcia continuou a ser vista como “parceira” - *reações de Assimilação (R1) e de Sujeição (R2) a ação A3; ou R1+R2=A3* - pelos frequentadores da praça, mas como “temerária” pelos reguladores (*R4=A1*), até que um desentendimento com estes últimos resultou em sua condução à delegacia por desacato. Posteriormente, ela protestou na Prefeitura contra a abordagem recebida e solicitou ressarcimento por bens danificados (*R4=A1*).

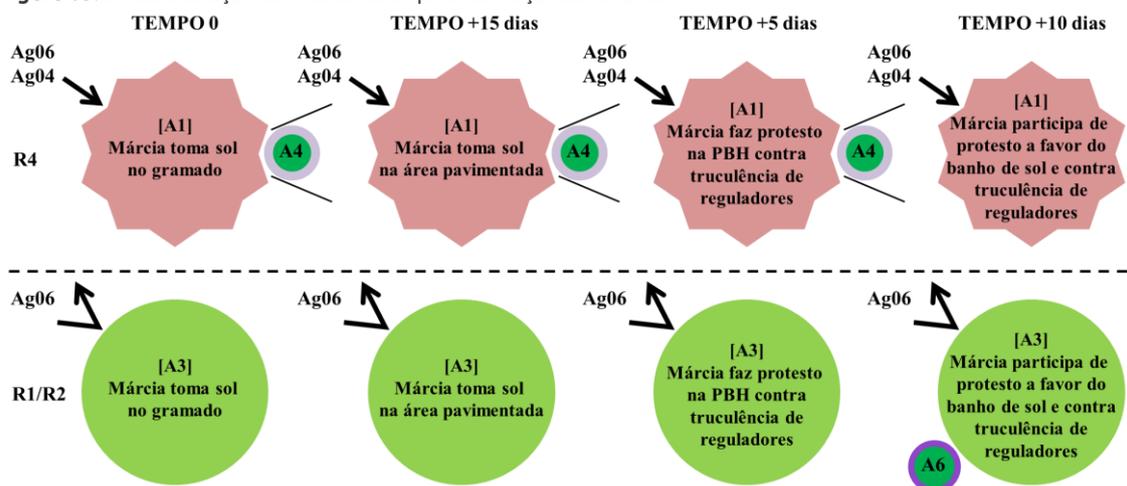
No entanto, nos próximos dias, uma ação de manifestantes (*manifestador do espaço público – Ag03*) ocorreu em apoio a Márcia, gerando reações mistas de apoio (*R1+R2=A3*) e rechaço

($R4=A1$) do público e resultando em uma maior presença da Guarda Municipal ($R4=A1$). A ação cessou após alguns dias devido a outros compromissos de Márcia. Prolongando a discussão, pesquisas acadêmicas (*Academia – Ag10*) abordaram essa ação ($R2=A3$) nos anos seguintes.

Em termos de ações resultantes, sua persistência em meio aos rechaços representa *ação residual do tipo A4* por ser vista como temerária ($A1=A4$); ao mesmo tempo, o manifesto de apoio recebido e a produção acadêmica sobre sua ação caracterizam *ações aditivas (A6)* ao fato de ser vista como parceira ($A3=A6$).

Com isso, as três características de uma fissura mostraram-se presentes. A primeira, *Negação-criação (Fis1)*, exemplificada pela ação de Márcia de tomar sol de biquíni na praça, desafiando a proibição velada de exposição do corpo feminino e sugerindo um uso criativo da praça. A *Resiliência (Fis2)*, observada nas ações residuais de Márcia após as reações de subjugação, mostrando persistência e encorajando outras pessoas a debaterem a questão. Importante salientar que o conhecimento mínimo da legislação foi crucial para manter a continuidade de suas ações; de fato, sua decisão de tomar sol foi previamente analisada - ela perguntou para alguns amigos se havia algum empecilho pela lei e, ao longo dos dias, foi aprendendo o que era permitido ou não. Por fim, a *Conectividade (Fis3)* surge no apoio obtido durante os protestos contra sua condução à delegacia, além do envolvimento da Academia que registra e perpetua a ação. Um exemplo emblemático de conectividade é uma foto de Márcia acionando o caminhão-pipa utilizado em uma das "Praias" para refrescar as pessoas. A Figura 05 sintetiza a ação acima.

Figura 05: Síntese da ação da mulher de biquíni na Praça Raul Soares



Ag04 - regulador do espaço público / Ag06 - utilizador do espaço público

Fonte: CUNHA, 2022, p. 144.

CATEGORIZAÇÃO DA "AÇÃO COLETIVA DA 'PRAIA'"

A Prefeitura de Belo Horizonte (Ag07) publicou o Decreto 13798 em dezembro de 2009, proibindo o uso da Praça da Estação para eventos a partir de janeiro de 2010 (GER). Em resposta, um *blog* (Ag03) convocou uma manifestação na Praça ($R4=A1$). Com adesão de cerca

de 50 pessoas (*Ag03*), decidiram pela continuidade do movimento, marcando novo encontro - já com o nome de "Praia da Estação" e maior divulgação por *blogs* (*Ag03*). O encontro ocorre sob olhares da Guarda Civil e Polícia Militar (*Ag04*) que reage de forma pacífica ($R1+R2=A3$), até que a Prefeitura inicia um enfrentamento com os manifestantes ($R4=A1$) ao determinar o desligamento das fontes secas da Praça - fato rapidamente rebatido pelos manifestantes que, de forma colaborativa, contrataram um caminhão-pipa para refrescar a todos.

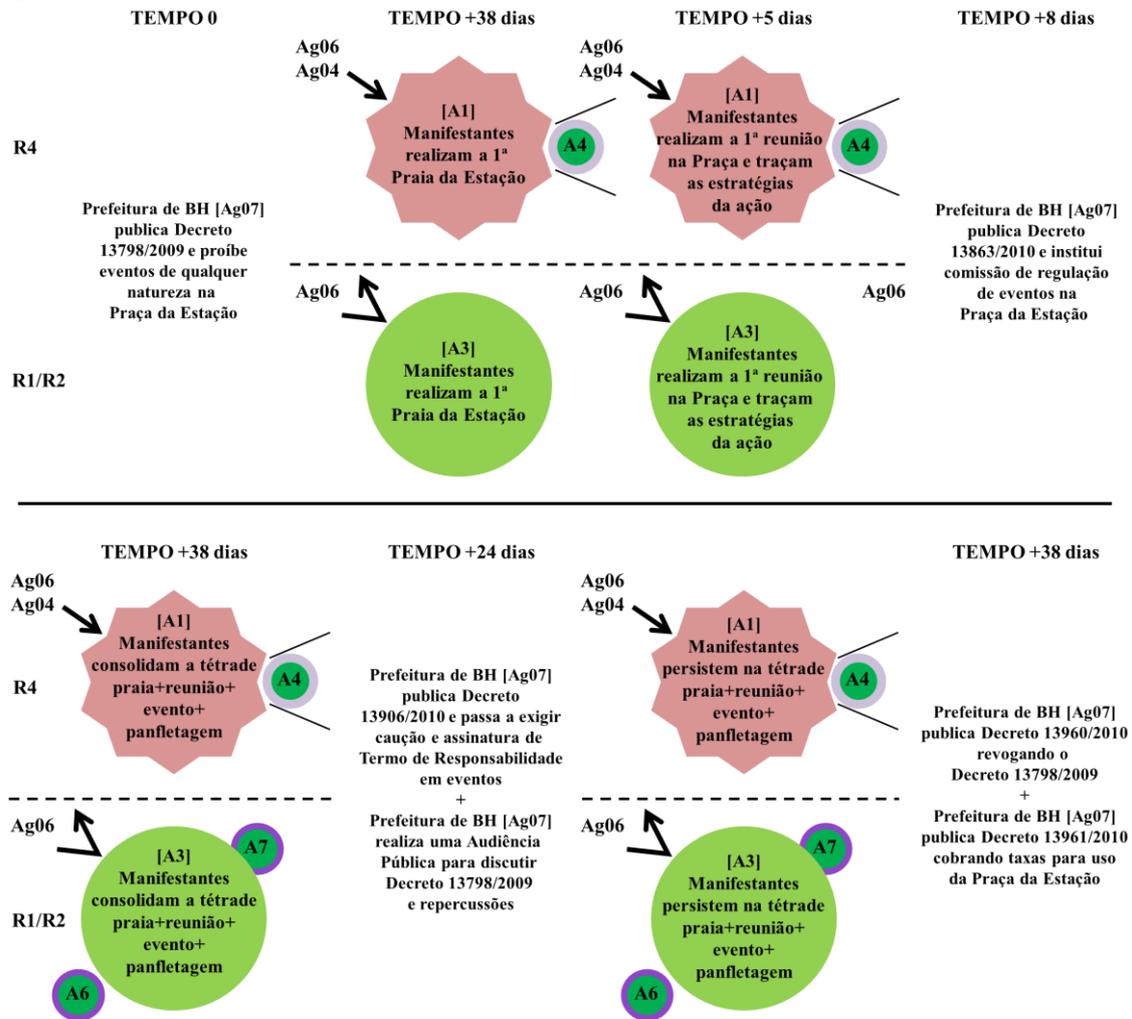
A rotina das próximas semanas foi de consolidação de uma "tétrade de resistência" (praias + reuniões de discussão + eventos de apoio + panfletagem do movimento) ($R4=A1$), cada vez com adesão de mais apoiadores ($R1+R2=A3$) na mesma proporção do controle por Prefeitura, Guarda e Polícia ($R4=A1$). Cerca de quatro meses depois, o Decreto foi revogado. No entanto, trouxe a reboque outro decreto que trazia valores a serem pagos para quem quisesse promover eventos na Praça da Estação e uma portaria que listava eventos que poderiam ocorrer gratuitamente no local (*GER*) - inaugurando nova fase do movimento. Motivados pelas novas regras e preparativos para a Copa do Mundo de 2014, os manifestantes formaram o Bloco (de Carnaval) da Praia e o movimento Fora Lacerda ($R4=A1$). Nos anos seguintes, pesquisas acadêmicas (*Ag10*) analisaram intensamente a Praia da Estação, seus antecedentes e desdobramentos ($R2=A3$).

Sobre as ações resultantes, a contratação do caminhão-pipa pelos manifestantes e os constantes enfrentamentos ocorridos com os reguladores do espaço público destacaram-se como *ações residuais* (*A4*) à subjugação imposta pela Prefeitura, que via a manifestação como *ação temerária* ($A1=A4$). Simultaneamente, as reações de assimilação e submissão dos demais utilizadores da Praça e a rede de manifestantes-apoiadores criada ao longo de cinco meses criaram um ambiente favorável para que ações já existentes, como Domingo 9 e Meia, Bicletadas e Marcha da Maconha, fossem integradas às praias como *ações aditivas* (*A6*); além disso, saraus, reuniões, panfletagens e tentativas de expandir a discussão da retomada dos espaços públicos para outros locais de Belo Horizonte também se desdobraram das praias, exemplificando *ações subtrativas* (*A7*) - uma rede que tratou a manifestação como *parceira* ($A3=A6+A7$).

Identificando as características de uma fissura, tem -se a *Negação-criação* (*Fis1*) na proposição de uma "praia" na praça com táticas simultâneas de reuniões, eventos e panfletagem em resposta ao decreto proibitivo. A *Resiliência* (*Fis2*) é evidenciada no entendimento das leis, o qual permitiu evocarem o artigo 5º da Constituição para legitimarem suas ações, chegando, mesmo a desafiarem um fiscal que tentava confiscar uma cadeira de piquenique. Por fim, a *Conectividade* (*Fis3*) foi marcante pelo diálogo e apoio a movimentos anteriores e novos, pela integração do Bloco da Praia ao carnaval de rua e pela conversão do *blog* que divulgava as "praias" em um canal de comunicação importante para ações sociais e políticas, tais como o escândalo do *Wikileaks*, o apoio às ocupações urbanas, os impactos da Copa de 2014 e o movimento Fora Lacerda.

Esse movimento de resistência não só reforçou a luta pela liberdade de uso do espaço público, mas também evidenciou a complexidade e a riqueza das dinâmicas sociais em jogo. As ações dos manifestantes mostraram que o espaço público pode ser retomado e ressignificado, criando fissuras nas estruturas de poder estabelecidas. A Figura 06 sintetiza a ação acima.

Figura 06: Síntese da ação coletiva da “Praia” na Praça da Estação



Ag04 - regulador do espaço público / Ag06 - utilizador do espaço público / Ag07 - Estado

Fonte: CUNHA, 2022, p. 161.

CATEGORIZAÇÃO DA “AÇÃO DO ESTUDANTE QUE SE SENTOU NA GRAMA”

Fernando Soares (Ag03), na época um estudante de Arquitetura e Urbanismo, participava de um evento na Praça Floriano Peixoto em abril de 2012 quando percebeu o gramado sendo fechado ao uso público (GER) sem autorização. Questionando o fiscal, este acionou a Guarda Municipal e Polícia Militar (todos Ag04), que se mostraram contrários ao estudante (R4=A1) e referendaram o fechamento.

Ao tentar remover a grade (R4=A1), Fernando foi advertido pela Guarda (R4=A1). Ele, no entanto, prosseguiu com o intento (R4=A1) e se sentou no gramado, recebendo voz de prisão pela Polícia (R4=A1). Diante do apoio recebido por Fernando de um advogado e um amigo que

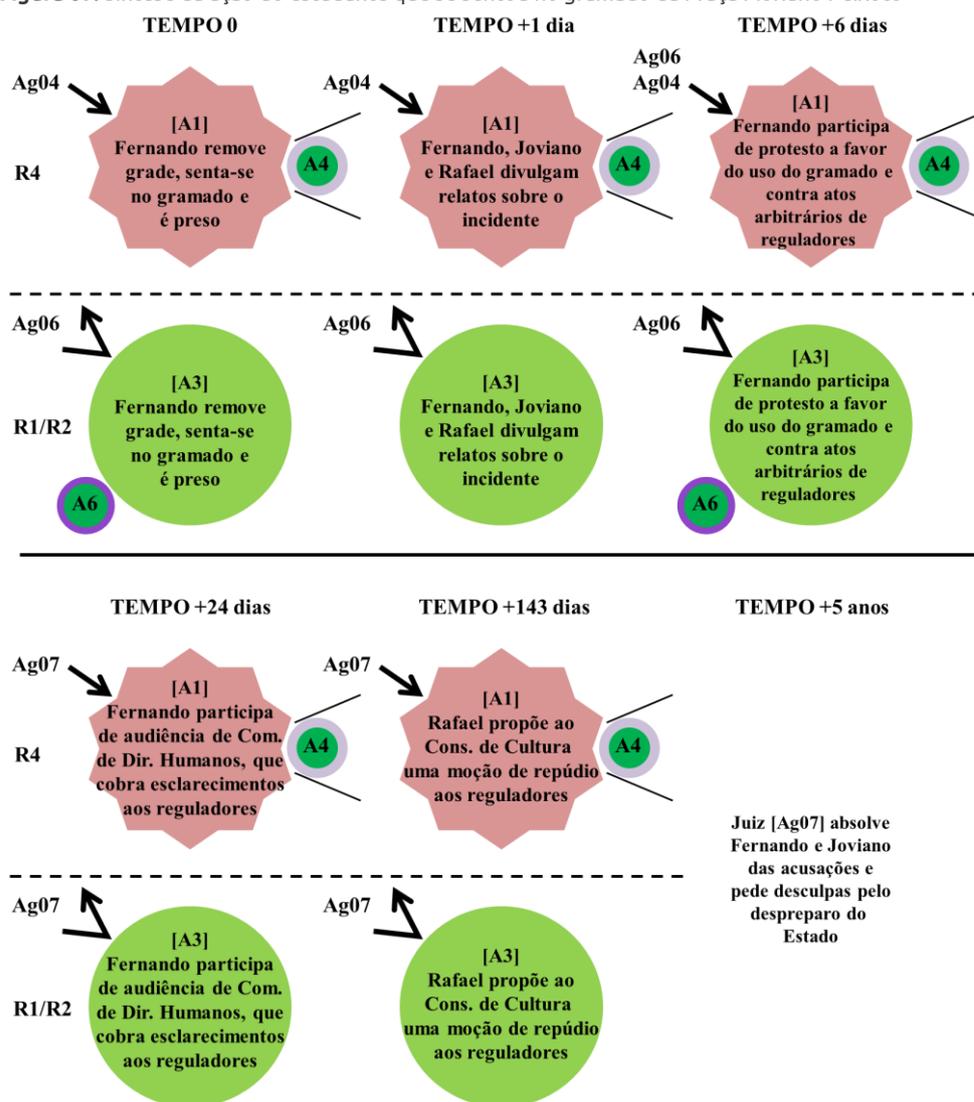
participavam do evento (ambos *Ag06*), houve uma exaltação de utilizadores e reguladores e os três rapazes foram conduzidos à delegacia (*R4=A1*). No entanto, muitas pessoas foram lá demonstrar apoio aos três detidos (*R1=A3*).

Nos dias seguintes, o advogado e o amigo de Fernando fizeram ampla divulgação do ocorrido em *blogs*, jornais digitais e no Conselho de Cultura municipal. Uma manifestação (*Ag03*) foi organizada em apoio aos três (*R1=A3*), mas tentou ser impedida pela Guarda e pela Polícia (*R4=A1*). Fernando conseguiu aprovar requerimento na Comissão de Direitos Humanos (*Estado – Ag07*) solicitando apuração de violação de direitos e abuso de autoridade (*R1=A3*). Cinco anos após o ocorrido, Fernando e seu advogado, denunciados pelo Ministério Público por desobediência, desacato e resistência à prisão (*R4=A1*), foram absolvidos com pedidos de desculpas pelo Poder Judiciário de Minas Gerais (*R1=A3*).

Em relação às ações resultantes, quando os três divulgam o ocorrido, realizam *ações residuais* (*A4*) contra as arbitrariedades na Praça e na delegacia (*A1=A4*), ampliando a discussão. O apoio do advogado e do amigo, bem como a manifestação da semana seguinte ao ocorrido são *ações aditivas* (*A6*), mostrando confiança na correção de suas ações e no uso da grama (*A3=A6*).

Por fim, também nesse caso é possível identificar as três características de uma fissura. Fernando desafiou o bloqueio do gramado, demonstrando *Negação-criação* (*Fis1*). No questionamento às autoridades e divulgação imediata do conflito, acionando meios institucionais que acabaram influenciando em sua futura absolvição, percebe-se a *Resiliência* (*Fis2*). A *Conectividade* (*Fis3*) é evidenciada pelo apoio dos manifestantes e a continuidade das ações de Fernando, que havia participado da Praia da Estação, em eventos como o carnaval de rua. Essa conectividade pode ter levado a uma maior tolerância das autoridades em casos similares posteriores, como o nado na fonte pelos meninos de Ibirité. A Figura 07 sintetiza a ação acima.

Figura 07: Síntese da ação do estudante que se sentou no gramado da Praça Floriano Peixoto



Ag04 - regulador do espaço público / Ag06 - utilizador do espaço público / Ag07 - Estado

Fonte: CUNHA, 2022, p. 168.

INFERÊNCIAS

Retomando a pergunta de pesquisa, algumas medidas são apontadas:

- Entender as reações geradas pelas ações: ações que potencialmente provocam mudanças tendem a gerar reações fortes. Quanto mais significativa for a ação, maior será a reação daqueles que não desejam mudanças. Portanto, é essencial entender essas ações a partir das reações que geraram;
- Reconhecer que os privilégios de quem (re)age influenciam a reação recebida: pessoas brancas e de melhor condição financeira – coincidentemente, características comuns nas pessoas responsáveis pelas ações analisadas anteriormente – são menos suscetíveis a serem considerados desviantes e enfrentam menos controle e abordagens agressivas dos reguladores do espaço público; ou seja, mesmo que haja

uso de força excessiva, esses indivíduos, em geral, não têm suas vidas ameaçadas ou interrompidas;

- Contar com canais de discussão e de difusão das ações: ações motivadas por “negação-criação” necessitam de uma rede de mobilização e apoio para enfrentar reações de dominação. A mídia não-oficial desempenha um papel crucial, acessando pessoas fora do controle da mídia dominante. De fato, a Praia da Estação foi amplamente discutida e apoiada por *blogs* e outras plataformas não-oficiais.
- Conhecer a legislação aplicável: o ponto chave da pesquisa, fundamental para aumentar a autonomia das ações. Saber as regras do jogo permite explorar limites e meios legais. O conhecimento da legislação fortalece a resiliência: na Praça Raul Soares, Márcia desafiou reguladores ao saber que biquíni em praça pública não é proibido; a Praia da Estação derrubou um decreto através de mobilização coletiva e consolidou ações no espaço público; na Praça Floriano Peixoto, o conhecimento jurídico dos envolvidos resultou em sua absolvição e no direito de usar o espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o Brasil passou por uma escalada da polarização política; de fato, se a pandemia de COVID-19 intensificou o isolamento social e a virtualidade, também favoreceu a manipulação. Assim, o artigo destacou a importância de se articular ações que desafiem estruturas de poder e promovam a inclusão e a igualdade no uso do espaço público - fato onde o entendimento jurídico e a mobilização coletiva mostram-se cruciais. Além disso, sugere-se como exploração em discussões futuras e em disciplinas acadêmicas:

- A análise de ações que sofreram cooptação: não encontrada em nenhuma das ações analisadas. Em ações desse tipo, é previsto que o Mercado atue em colaboração com o Estado ou após sua intervenção;
- A identificação de outras fissuras abertas no espaço público: há fissuras sendo abertas por distintos grupos em busca de uma democratização no acesso e o uso do espaço público;
- A busca por formas de aproximar as “regras do jogo” da população: o conhecimento liberto, empodera a ação e pode alterar positivamente a forma como se ocupa o espaço público;
- Projetar a partir das ações: o entendimento dos atributos do lugar passa pela condução do olhar em perspectivas menos focadas nas soluções pré-determinadas e mais abertas a outras possibilidades.

Em um interregno, é crucial estimular rupturas com a lógica neoliberal e reivindicar o espaço público, uma vez que as possibilidades estão abertas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 142p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2002. 229p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012. 258 p
- BAUMAN, Zygmunt. Procurando refúgio na Caixa de Pandora. In: **Vida líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007. p. 91-105
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. 288p.
- BELO HORIZONTE. **Planejamento Estratégico de Belo Horizonte**: a cidade que queremos. 2009e. 96p. Disponível em: <<https://bit.ly/3Oy4eLv>> Acesso em jul. 2022
- BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 471 p.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/iMvurt>> Acesso em mar. 2018.
- CALDAS, Maria Fernandes; MENDONÇA, Jupira Gomes de; CARMO, Lélío Nogueira do (org.). **Estudos Urbanos Belo Horizonte 2008**: transformações recentes na estrutura urbana. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008. 513p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 43-63.
- CARLSSON, Chris. **Nowtopia**: iniciativas que estão construindo o futuro hoje. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. 320p.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo**: respostas do capital à crise. Esquerda Online, 08 jun. 2020a. Disponível em: <<https://bit.ly/3hfaF5s>> Acesso em set. 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Parte II:** O neoliberalismo de cooptação como resposta às resistências. Esquerda Online, 15 jun. 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/3m5vxQv>> Acesso em set. 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Parte III:** O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos. Esquerda Online, 25 jun. 2020c. Disponível em: <<https://bit.ly/3id09Ny>> Acesso em set. 2020.

COLLECTIVE, The Trapese. **Do it yourself:** a handbook for changing our world. Londres: Pluto Press, 2007. 306p.

COTIDIANO. **Designer que tomava sol de biquíni em BH é condenada a prestar serviços comunitários por desacato.** UOL Notícias, São Paulo, 06 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2MrrD5R>> Acesso em jun. 2019

CUNHA, Tarcisio Gontijo. **Fissurar o Espaço Público.** Tese - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022. 249p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer.** São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 60p. (e-book)

G1 MINAS GERAIS. **Com calorão em BH, jovens nadam em fonte da Praça da Liberdade.** G1 Minas Gerais, Belo Horizonte, 15 jan. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/C93x75>> Acesso em mar. 2018.

GOMES, Maíra. **Violência e abuso de poder.** Brasil de Fato, São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/36IPG9x>> Acesso em mar. 2018.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: VAINER, Carlos Bernardo et al.. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 47-61. (e-book)

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013. 270p.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine:** Naomi Klein on the Rise of Disaster Capitalism. Democracy Now, Nova Iorque, 17 set. 2007. Entrevista concedida a Amy Goodman. Disponível em: <<https://bit.ly/2NjaN8X>> Acesso em jun. 2017.

KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o trabalho.** Krisis, [s.l.] 31 dez. 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/3NL6UGD>> Acesso em abr. 2022.

LAVALLE, Adrián Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: **Espaço & Debates 46 - Espaço público: o conceito e o político**. São Paulo: Annablume Editora Comunicação, v.25, n.46, jan/jul. 2005. p. 33-44

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

MONBIOT, George. **Neoliberalism**: the ideology at the root of all our problems. The Guardian, Londres, 15 abr. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/1WsKPhU>> Acesso em jun. 2017.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. Londres: Verso, 2000. 143p.

NEWTON, Isaac. **Princípios matemáticos da filosofia natural**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. 980 p.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro! In: BIANCHI, Alvaro et al (orgs.) **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Júlia. **Mulher põe maiô para se refrescar na Praça Raul Soares**. Portal UAI, Belo Horizonte, 01 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/36FYSvh>> Acesso em mar. 2018.

ORTS, Adela Cortina. **Aporofobia, el rechazo al pobre**: Un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017. 168p. (e-book)

RENA, Natacha; VICTOR, André; GUIMARÃES, Amanda; BRUZZI, Paula. **Zona Cultural**: urbanismo neoliberal e as insurgências multitudinárias em Belo Horizonte. In: III Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, Crato, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2SBZV7m>> Acesso em out. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Assessoria de Comunicação. **Juiz absolve estudante acusado de desacato após pisar na grama**. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Belo Horizonte, 04 out. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/2Q5sRE>>. Acesso em mar. 2018.

¹ Corroborando com Bourdieu (2013), o vocábulo “agente” será adotado para representar *aquela que age e reage*, em contraposição às concepções subjetivistas de “sujeito” e àquelas objetivistas de “ator”.

² Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU/UFMG), sob orientação da Professora Doutora Denise Morado Nascimento, em dezembro de 2022 (CUNHA, 2022).